Conclusão

Este trabalho tinha o objetivo de demonstrar uma tese bem específica, a de que a principal função dos nomes próprios é a função operacional, isto é, a função de código¹. Gosto de pensar que esse objetivo foi alcançado, não obstante, ainda que esse pensamento seja verdadeiro, considero que o que fiz não foi nada de extraordinário. Devo confessar que minha sensação sempre foi de que estava defendendo uma tese perfeitamente óbvia. Realmente tenho dificuldade de imaginar como alguém possa negar que a função mais básica dos nomes próprios seja a função de código. Ainda assim, estou ciente de que muitas pessoas negarão esse fato e o farão porque simplesmente não podem aceitá-lo. Aceitá-lo implica em aceitar uma visão internalista sobre a linguagem, e, isso, muita gente não está disposta a fazer. O externalismo, ainda amplamente influente na filosofia analítica da linguagem, continua sendo um empecilho para a aceitação desse tipo de visão. De fato, acredito que se não fosse por esse empecilho, este trabalho nem existiria. Não haveria necessidade de elaborar argumentos filosóficos para demonstrar uma tese que o bom senso já demonstra. Mas o caso é que o empecilho existe, e por isso os argumentos estão aí. Eles aparecem principalmente nos capítulos 6 e 7.

No capítulo 6, parto da singela constatação de que os enunciados da linguagem são em geral feitos com algum propósito. Além disso, observo que esses propósitos só são alcançados se as palavras que compõem os enunciados são decodificadas. Assim, argumento que também em relação aos diversos tipos de enunciados que apresentam ocorrências de nomes próprios, o propósito do enunciado só é concretizado se o nome que ocorre nele fornece alguma informação para nossos sistemas de decodificação de linguagem. Os argumentos são direcionados para cada caso em que um nome próprio *n* é usado. Quando *n* é usado como vocativo, mostro que só podemos chamar a atenção de nosso interlocutor se *n* fornece alguma informação para o mesmo. Quando *n* é usado em uma interrogação do tipo “quem é *n*?”, indico que só podemos dar uma resposta à questão se associamos alguma informação ao nome *n*. Quando *n* é usado em um

¹ Embora essa seja a função básica dos nomes próprios, deve-se notar que não é sua função específica, pois todos os elementos da linguagem devem primeiramente funcionar como códigos. Neste trabalho, porém, não era minha intenção inquirir sobre a função específica dos nomes.

imperativo do tipo “faça tal ação com n!”, assinalo que só podemos executar a ação adequada se associamos alguma informação ao nome n. Se n é usado em um enunciado declarativo, defendo que o enunciado só tem algum efeito sobre nosso sistema de decodificação de linguagem se n o alimentar com alguma informação. Nesse ponto, ofereço o exemplo de ProgX, indicando que as operações que o programa realiza devem ser, pelo menos do ponto de vista funcional, semelhantes as que nós fazemos quando processamos um enunciado com ocorrência de um nome próprio. E é com o auxílio desses argumentos que concluo que a função básica de um nome próprio é sua função de código.

Algumas pessoas que leram o capítulo 6 entenderam que meus argumentos eram do seguinte tipo: “quando nomes próprios são usados, as pessoas fazem certas operações mentais, logo a função básica dos nomes próprios é a função operacional”. Esse entendimento está equivocado. Meus argumentos não se limitam a mostrar que o uso de nomes próprios implica em certos efeitos mentais. Eles tentam mostrar antes de qualquer coisa que se nomes não nos fornecessem nenhum tipo de informação, os enunciados em que eles aparecem não cumpririam o propósito para o qual são designados. A razão disso é que toda emissão linguística só cumpre o seu propósito se for devidamente decodificada.

No capítulo 7, há argumentos que tentam mostrar que mesmo o uso referencial de um nome próprio n depende de associarmos n com certas informações concernentes ao objeto que se quer referir com n. Tais associações são requeridas em todas as ocasiões em que n é usado referencialmente, até mesmo quando n é usado em um ato de nomeação inicial. É verdade que o conjunto de informações que associamos a um nome próprio n não é suficiente para determinar o objeto que se quer referir com n, mas tal associação é uma parte essencial do processo que investe n de uma função referencial.

Esses foram os argumentos que apresentei aqui em favor de minha tese. Acredito que quem os examinar com isenção e espírito desarmado concordará que a função operacional é a principal e mais básica função dos nomes próprios. Embora os filósofos tenham concentrado sua atenção na função referencial dos nomes, essa não é sua função mais básica. A função referencial dos nomes próprios depende inteiramente da função operacional.

Demonstrar isso era o objetivo fundamental do meu trabalho, mas seguramente não foi só isso que foi feito. Ao longo de minha argumentação,

esclarecimentos foram feitos, objeções foram levantadas, evidências foram apresentadas e noções foram introduzidas. Ora, algumas dessas noções aparentemente podem ser usadas com proveito na análise de uma variada gama de problemas filosóficos e por isso merecem uma atenção especial. Dentre essas noções, gostaria de destacar a noção de *informação*.

Não há nenhuma novidade na proposta de um enfoque internalista da linguagem. Não é novidade nem mesmo usar noções internalistas para tratar o problema dos nomes próprios. Isso já foi feito, por exemplo, por Searle em *Intencionalidade*. O que minha análise tem de novo, pelo que eu sei, é o fato de se apoiar em uma certa noção de *informação*. Tal noção é usada aqui na minha análise dos nomes próprios, mas posso vislumbrar outras aplicações filosóficas para ela. Na minha opinião, problemas não só de filosofia da linguagem, mas também de metafísica e de filosofia da mente podem ser explicados em termos de codificação e decodificação de informação.

O que torna a noção de *informação* interessante para a metafísica é a sua evidente afinidade com a noção de *causalidade*. Por definição, um dado transmite uma informação para um sistema de decodificação S se e somente se S tem uma mudança de estado quando recebe o dado. A questão é que qualquer coisa que sofre mudança de estado pode ser vista como um sistema de decodificação. Como tudo que faz parte do mundo empírico é sujeito a mudanças, tudo pode ser visto como um sistema de decodificação. Veja o exemplo do meu carro: agora ele está parado e logo depois está em movimento. Isso é uma mudança de estado, portanto posso considerá-lo um sistema de decodificação. A maré uma hora está baixa e outra hora está alta, portanto o mar é um sistema de decodificação. A orquestra toca Mozart e depois Dittersdorf, logo ela também é um sistema de decodificação. Em todos esses casos, a mudança indica que houve decodificação de informação.

Outrossim, em todos esses casos, pressupõe-se que há algo que transmite a informação necessária para a mudança no sistema. No caso do carro, é a marcha engatada e o acelerador pressionado que transmite essa informação (pelo menos a informação inicial). No caso da maré, é a lua e o movimento de rotação da terra. No caso da orquestra, são as partituras e o maestro. Essas coisas transmitem a informação e a informação provoca a mudança de estado no sistema.

Ora, claramente aqui temos uma descrição geral de toda relação de causa e efeito. Um efeito é uma mudança de estado e uma causa é um código que é recebido por um sistema de decodificação apropriado. Em outras palavras, uma causa é um *input* de um sistema de decodificação e um efeito é um *output* de um sistema de decodificação. Essa descrição é interessante porque ela mostra que há uma conexão necessária entre causa e efeito, não apenas uma conjunção constante, como Hume assinalou. A conexão se dá por meio do sistema de decodificação. O sistema tem uma estrutura tal que, dado um certo *input*, o *output* correspondente é produzido necessariamente.

Se pensarmos na ciência como um empreendimento humano que busca explicar relações de causa e efeito, então podemos dizer que o papel do cientista é identificar sistemas de decodificação e descrever sua estrutura. O conhecimento da estrutura do sistema é tudo o que o cientista precisa para associar causas a efeitos e efeitos a causas. Por conseguinte, é tudo o que o cientista precisa para fazer previsões.

Na filosofia da mente, a noção de *informação*, tal como definida neste trabalho, também tem aplicações decisivas. Se assumirmos que a mente é um sistema de computação e representação de informações, então a noção de *informação* será de fato central para a filosofia da mente. Explicar como a mente funciona será o equivalente a explicar como ela processa e representa as informações de que dispõe.

Só o simples fato de termos uma boa noção de *informação* já nos ajuda a responder questões capitais da filosofia da mente. Uma dessas questões, na minha ótica, é a questão da eficácia causal dos *qualia*. Muito foi escrito sobre isso e, em geral, há uma grande resistência à hipótese de que *qualia* possuem poder causal. Quando se admite que eles podem causar certos efeitos, geralmente os efeitos que se têm em mente são laterais e pouco significativos. No entanto, quando pensamos nos *qualia* como elementos simbólicos que nos permitem representar informação no nível da consciência, temos que admitir que, sem eles, não haveria nenhum processo mental consciente, e, conseqüentemente, em geral, os efeitos desses processos também não se produziriam.

Pensemos por exemplo no processo da visão. Uma parte crucial do processo da visão é a representação mental da imagem percebida, e essa representação é por definição constituída de *qualia*. Bem, parece intuitivo admitir

que essas representações imagéticas têm poder causal. Eu realizo certas ações quando eu vejo certas coisas; se eu não visse nada, eu não faria nada. Mas se é assim, temos que admitir que *qualia* têm poder causal, pois são os *qualia* que me permitem ver. Os filósofos que contestam a eficácia causal dos *qualia* geralmente argumentam que eles não são causa de nada, que são antes epifenômenos. Por exemplo, o meu medo de baratas não seria a causa de eu fugir de baratas. Meu medo e minha fuga seriam ambos efeitos provocados por processos neurofisiológicos no meu sistema nervoso e não haveria nenhuma relação causal entre medo e fuga. Essa hipótese não me parece convincente, mas sem dúvida é possível. O que não me parece possível é negar a eficácia causal dos *qualia* usados na representação de informação sensorial, especialmente se essa informação é visual. O processo da visão deve normalmente produzir uma representação imagética composta de *qualia*; quando isso acontece, certos efeitos se seguem, quando não acontece, os efeitos também em geral não se apresentam. Não é possível negar que aqui há uma relação de causa e efeito. No entanto, se há, deve-se admitir que os *qualia* têm poder causal.

Seja como for, essas são apenas sugestões incoativas e pouco elaboradas de aplicações da noção de *informação*. Estou só indicando algumas possibilidades e não defendendo teses para as quais já tenha argumentos suficientemente bem articulados. Não falei aqui da aplicação da noção de *informação* na filosofia da linguagem porque a análise dos nomes próprios que fiz neste trabalho é o maior exemplo que posso dar de uma aplicação assim. É bom notar, porém, que uma análise semelhante pode ser feita com todos os outros elementos da linguagem.

Com esses comentários, encerro esta conclusão. Encerro-a com o desejo de que ela seja útil não só para colocar em evidência os principais movimentos que faço neste trabalho para demonstrar a tese de que a função básica dos nomes próprios é a função operacional, mas também para sublinhar a importância filosófica da noção de *informação* e suas possibilidades de uso em análises conceituais.